

5º - CONCLUSÃO

4º - RESULTADO DO CONTROLE

3º - FONTES DE CRITÉRIO, PROCEDIMENTOS E ALCANCE

2º - INTRODUÇÃO E OBJETIVO

1º - INFORMAÇÃO

ÍNDICE

2º TRIMESTRE - 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

PERÍODO DE ABRIL A JUNHO - 2015

RELATÓRIO DO 2º TRIMESTRE DO CONTROLE INTERNO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PROPRIÁ



f

- Os trabalhos do controle interno foram conduzidos de acordo com os Princípios de Contabilidade Pública e com as normas e procedimentos constantes na Resolução n.º 206/2001, de 1.º/11/2001 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe;
- Constituição Federal e Constituição Estadual;
- Lei Federal n.º 4.320/1964 – Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- Lei Federal n.º 8.666/1993 e alterações posteriores – Institui normas para licitações e contratos na Administração Pública;

III – FONTES DE CRITÉRIOS, PROCEDIMENTOS E ALCANCE.

Em cumprimento ao Mandamento Constitucional, e as disposições da Lei Complementar n.º 101/2000 realizamos o exame das despesas da Prefeitura Municipal de Propriá, relativas ao período de **01/04/2015 A 30/06/2015**, com o objetivo de verificar a regularidade da execução orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, bem como o cumprimento das disposições legais pertinentes.

II – INTRODUÇÃO

PREFEITO: **JOSÉ AMÉRICO LIMA**
 Período do Exame: **01/04/2015 A 30/06/2015**

I – INFORMAÇÕES

ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE PROPRIÁ



&

- Orçamento inicial e suas alterações;
- Execução Orçamentária e Financeira;
- Contabilidade;

relacionadas:

Os trabalhos do controle interno abrangem o período de 01/04/2015 A 30/06/2015 e alcançaram as áreas a seguir

- Levantamento de dados orçamentários, financeiros e patrimoniais no Sistema Contábil, confrontando-os com a documentação suporte;
- Conferência de cálculo;
- Exame de processos de despesas;
- Exame nos controles do material permanente;
- Exame nos controles do material de consumo;
- Exame de procedimentos licitatórios e respectivos contratos e termos aditivos;
- Análise no cumprimento as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal;

seguintes:

Os principais procedimentos de controle utilizados foram os

- Lei Complementar n.º 101/2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal e dão outras providências;
- Resoluções e Pareceres do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe;
- Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PROPRIA



&

O Almoxxarifado encontra-se completamente atualizado, funcionando nos moldes preconizados pela Resolução TC-160/92, com a emissão do "Demonstrativo das Variações Patrimoniais" para fins de compor o Balanço Geral do Poder Executivo.

ALMOXXARIFADO

concurso público.
Durante o segundo trimestre de 2015, não foi realizado nenhum

CONCURSO PÚBLICO

Sistema Contábil sendo atualizado com a emissão dos balancetes.

CONTABILIDADE

aspecto formal.
analisando-os devidamente, declaramos a sua regularidade, quanto ao
Dos Contratos, Licitações, Dispensas e Inexigibilidades,

CONTRATOS E OU PROCESSOS LICITATÓRIOS

- Obras e Reformas;
- Licitações;
- Restos a pagar.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PROPRIÁ



4

Este exame teve o objetivo de verificar a legalidade das transações operacionais da **Prefeitura Municipal de Propriá**, de forma a nos permitir um conhecimento geral do funcionamento deste Poder Executivo, exercendo função específica de fiscalização quanto ao cumprimento da Lei Federal n.º 4320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal, Normas Organizacionais, Contábeis, Financeiras e Patrimoniais; A fim de servir de suporte e apoio ao Controle Externo no cumprimento de sua missão institucional, bem como, avaliar a legitimidade e eficiência dos atos da execução orçamentária de forma prévia e concomitante.

CONCLUSÃO

O livro de patrimônio encontra-se devidamente atualizado e com as devidas plaquetas numeradas.

PATRIMÔNIO / INVENTÁRIO

Mantém o Almoxarifado o registro dos bens adquiridos de forma individualizada, com sua competente descrição e preço de aquisição, objetivando um perfeito controle dos recebimentos, armazenamento e distribuição, de entrada e saída e de segurança de seus estoques, através de fichas de prateleiras, que acusam o estoque atualizado de cada componente.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PROPRIÁ



MISSILENE MOREIRA DOS SANTOS BERNARDO
Míssilene Moreira dos Santos Bernardes
Secretaria de Controle Interno

Própria (SE), 21 de julho de 2015.

Os elementos que serviram de base para a presente análise e relatório estão arquivados por este Setor de Controle Interno, a disposição dos Órgãos de Controle Externo.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PROPRIA



Marylene Moura dos Santos Bernardes
MISSILENE MOREIRA DOS SANTOS BERNARDO
Secretaria de Controle Interno

Própria (Se), 21 de julho de 2015.

Certifico para os devidos fins que, o Relatório de Controle Interno, relativo ao 2º Trimestre de 2015, foi emitido obedecendo a todos os parâmetros da Contabilidade Pública, em conformidade com a legislação vigente, que rege a matéria, especialmente a Lei Federal nº 101/00 – Responsabilidade Fiscal.

CERTIDÃO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRÓPRIA

